

IAOD do Deputado Che Sai Wang em 21.07.2026

Aperfeiçoar o sistema de gestão da segurança dos edifícios antigos e a protecção do património cultural

Recentemente, alguns cidadãos relataram que o antigo Teatro Cheng Peng, com cerca de 150 anos de história e localizado no Beco do Gamboa, apresenta problemas estruturais cada vez mais graves devido à falta prolongada de manutenção. A parede exterior danificada corre o risco iminente de desmoronamento e queda, numa via que constitui um percurso obrigatório diário para os moradores da zona. Apesar das múltiplas denúncias feitas pelos residentes às entidades competentes, até ao momento não foram implementadas medidas substanciais de reparação nem melhorias de segurança. Esta situação não só representa uma ameaça directa à segurança dos transeuntes, como também se tornou numa bomba-relógio para a segurança urbana.

O Teatro Cheng Peng, enquanto importante marco cultural da comunidade chinesa local, encontra-se devoluto desde o seu encerramento em 1992. O Instituto Cultural realizou estudos históricos sobre o edifício, mas este não está actualmente incluído na Lista de Salvaguarda do Património Cultural de Macau, o que, nos termos da legislação vigente, implica a falta de um estatuto jurídico de protecção e, conseqüentemente, a impossibilidade de obter recursos adequados para a sua recuperação. A situação difícil do Teatro Cheng Peng reflecte precisamente uma lacuna estrutural na gestão dos edifícios antigos em Macau: numerosas propriedades privadas de valor histórico carecem de inspecções estruturais sistemáticas e de manutenção regular, sendo comuns problemas de segurança como riscos de incêndio, envelhecimento das fachadas e infiltrações de água da chuva.

Actualmente, embora serviços como a Direcção dos Serviços de Solos e Construção Urbana procedam à gestão e demolição de edifícios em perigo, o sistema vigente é frequentemente do tipo “reparação *a posteriori*”, revelando uma evidente insuficiência em termos de identificação proactiva de riscos, monitorização contínua e prevenção antecipada. No ano passado, numa zona rural de Coloane, a parede exterior de um edifício antigo desabou por duas vezes num mesmo dia durante uma forte chuvada; felizmente, não causou vítimas, mas o incidente já nos deu um forte alerta. Com a aproximação da época de chuvas e tufões, e o aumento da frequência de fenómenos meteorológicos extremos, as fortes chuvas e ventos intensos poderão facilmente tornar-se no “rastilho que acende a pólvora” para incidentes relacionados com os problemas estruturais dos edifícios antigos, colocando uma séria pressão no nível mínimo de segurança urbana da nossa Região.

Tendo em conta que a segurança urbana não admite falhas e que as raízes culturais não podem ser rompidas, venho por este meio apresentar ao Governo as três sugestões seguintes:

1. Estabelecer um mecanismo regular e sistemático de monitorização da segurança. Os serviços interdepartamentais devem passar de uma postura passiva para uma postura activa, integrando formalmente as construções antigas com valor histórico ou riscos potenciais

estruturais no âmbito das inspecções dinâmicas do Governo, pondo fim à situação reactiva de “só agir quando há queixas”;

2. Implementar uma “gestão por níveis e monitorização dinâmica” das construções antigas. O Governo deve realizar um levantamento exaustivo e registar o ano de construção, o actual estado estrutural e o valor histórico de todas as construções antigas de Macau. Com base no risco para a segurança e na importância cultural, deve proceder-se a uma classificação científica, definindo a frequência das inspecções diferenciadas, as directrizes de manutenção e o plano de alerta precoce de risco, elevando de forma abrangente a capacidade de prevenção activa;

3. Acelerar a integração institucional entre a protecção do património cultural e a segurança pública. Os serviços responsáveis pela cultura devem cooperar estreitamente com os serviços de obras públicas, integrando no sistema legal de protecção mais construções portadoras de importante memória cultural, e promovendo activamente a introdução e a articulação de recursos sociais, implementando uma estratégia tripla de “restauro, consolidação e revitalização”, elevando a garantia da segurança pública a um nível institucional de longo prazo.

A gestão da segurança e a protecção cultural das construções antigas não podem continuar a ser tratadas com base em “casos isolados e soluções específicas”. O Governo deve tomar decisões firmes a nível institucional e estabelecer mecanismos eficientes de longo prazo para o futuro, pois só assim será possível eliminar, de vez, as preocupações com a segurança dos residentes nas suas deslocações diárias, assumindo verdadeiramente a “responsabilidade pela história e tranquilizando os cidadãos”.

Obrigado.